



1 Ata da 222º da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde – CMS de Lucas  
2 do Rio Verde/MT. Ao vigésimo oitavo dia do mês de junho de dois mil e dezoito (2018),  
3 às 07h35m, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho Municipal de  
4 Saúde na Escola de Saúde Pública Municipal, localizada a Rua Catuípe, 1309 E, Cidade  
5 Nova, Lucas do Rio Verde – MT, onde estiveram presentes os seguintes membros:  
6 Fabiana Marroni de Souza (Representante Titular da Secretaria Municipal de Saúde),  
7 Vívian Eliseli Salomão (Representante Suplente da Secretaria Municipal de Saúde),  
8 Gabriela Romancini (Representante Titular da Sec. de Assistência Social), Tiago Júnior  
9 Sales do Amaral (Representante Suplente do SAAE), Gabriela Negel Refatti Tirloni  
10 (Representante Titular da Fundação Luverdense de Saúde), Marildete Maciel Mello  
11 (Representante Suplente da Fundação Luverdense de Saúde), Katuscia Zago Damian  
12 (Representante Titular da ABO), Karime Souto Gonçalves Javorski (Representante Titular  
13 do Sinserp), Lucy Maria de Araújo Kerhof (Representante Suplente do Sinserp),  
14 Francisco da Silva Micena (Representante Suplente dos ACSs), Raimundo Cella  
15 (Representante Titular do Bairro Pioneiro), Mauri Zacarias Alves (Representante Titular  
16 do Clube dos Idosos Alegria de Viver), Gisele Aparecida Grigoletto Mendes  
17 (Representante Suplente da APAE), João Salvador De Freitas (Representante Titular do  
18 COMEL), Rafael Bsepalez (Membro Nato) e Guilherme de Oliveira Ribeiro (convidado).  
19 A reunião foi presidida por João Salvador, que inicia com a leitura da **Pauta única:**  
20 **Término do Termo Aditivo do Contrato 239** reeferente a execução de atividades na área  
21 de Serviços Médicos Hospitalares, de Diagnóstico e Terapia por meio de estabelecimento  
22 de parceria; e o atendimento à população. Karime passa a falar que ela havia solicitado  
23 essa extraordinária ao presidente, na última reunião da Comissão de Permanente de  
24 Acompanhamento de Contratos, quando soube que o novo contrato não estava pronto e o  
25 aditivo de tempo ainda não havia sido assinado, mesmo havendo saldo financeiro. Ela  
26 falou de sua preocupação sobre o que irá acontecer com a população quando precisar de  
27 atendimento de urgência e emergência após o vencimento do contrato, sendo que os  
28 usuários não poderão ficar desassistidos havendo necessidade de estender o contrato até  
29 agosto. O Conselheiro Raimundo Cella fala que o valor do contrato não cobre as despesas  
30 do Hospital, havendo prejuízo financeiro e que, devido a necessidade financeira, o  
31 Hospital precisou recorrer a empréstimos bancários, sendo que o mesmo está  
32 impossibilitado de recorrer a novos empréstimos, por decisão judicial. Ele ainda afirma  
33 que tal falta de recursos foi relatada ao Prefeito. O Conselheiro também falou sobre o  
34 prazo do contrato estar acabando, sendo que ambas as partes não se chegou a um acordo.  
35 Karime afirma que o que ela se refere é o contrato 239, sendo que a tabela de pagamento  
36 por procedimentos cirúrgicos, por exemplo, é maior do que a tabela SUS, e o preço que é  
37 pago por consulta, também possui um alto valor, referente a consulta e medicação, porém,  
38 os demais procedimentos, como tomografia, que deveriam ser realizados via AIH, são  
39 inseridos no procedimento consulta pelos próprios profissionais do hospital, se o Contrato  
40 239 fosse usado dessa forma, não iria gerar prejuízo. O Secretário de Saúde Rafael fala  
41 que são dois fatos diferentes: o Contrato 239 e o novo contrato a ser licitado. Foi  
42 mandado uma proposta para o hospital acerca do novo contrato para ver o que seria  
43 viável, sendo que este voltou para a Secretaria de Saúde, e por mais duas vezes  
44 apresentado ao Hospital, sem haver a adesão deste. Ele discorre que trata-se de um  
45 contrato público e o processo correto será passar pela comissão de avaliação e também  
46 pelo Controle Interno seguindo conforme as determinações do Tribunal de Contas. Rafael



47 diz ainda não ter uma resposta do hospital. Vivian passa a falar que o contrato tem a  
48 compra de serviços, e cada procedimento possui um preço correspondente ao valor de  
49 mercado praticado na região, não havendo possibilidade de pagar aleatoriamente ao  
50 hospital. Ela continua falando que atendeu a principal reivindicação do hospital em retirar  
51 a tomografia e ressonância das consultas, sendo o novo contrato melhor elaborado. E uma  
52 outra questão que está sendo misturada é a dívida do hospital, seus custos e quanto ele  
53 deseja receber, porém, o assunto em questão trata-se do contrato da prestação de serviços.  
54 Fabiana fala do deficit citado pelo conselheiro Raimundo, sendo que a Prefeitura havia  
55 solicitado ao hospital que se comprovasse esse deficit do contrato, baseado em dados por  
56 meio de uma série histórica, recomendado pelo controle interno, porém a Fundação teve  
57 dificuldade em fazer essa comprovação. Sendo assim, não é possível pagar um valor  
58 aleatório, pois o valor da taxa de consulta solicitado pelo hospital foi de R\$ 571,00 para  
59 urgência e emergência, fora ultrassom, tomografia e ressonância. Fabiana também diz ter  
60 sido solicitado ao hospital encaminhar para a Prefeitura a série histórica, pois elaborou-se  
61 o contrato e deve haver documentos comprovando o valor exigido. Rafael afirma que a  
62 nova proposta já foi apresentada ao Hospital desde o mês de maio e e não decidiu-se  
63 sobre o que será feito a partir do dia 04, sendo que a última prestação de contas foi até o  
64 dia 18 de junho. Então, como teve execução do dia 19 de junho até dia 04 de julho, esse  
65 período deve ser pago, se não for aditivado agora o prazo, não vai ser possível pagar esse  
66 prazo. A Secretaria de Saúde propôs um aditivo de prazo porque deseja pagar o hospital.  
67 Marildete inicia a sua fala e justifica que a Gabriela, diretora do Hospital, não havia  
68 chegado até aquele momento devido a uma reunião com a diretoria. Marildete afirma que,  
69 em relação ao Hospital São Lucas, qualquer pessoa pode entrar no site do ministério da  
70 Saúde, no DATASUS e ver que 85% dos atendimentos à população luverdense se dá  
71 através do SUS, sendo que muitos particulares, migraram para o sistema único e isso  
72 acaba sendo custeado pelo município. Qualquer pessoa que queira saber sobre as contas  
73 do Hospital, pode perguntar, pois eles são auditados por órgãos do terceiro setor, e que o  
74 Ministério Público os cobra centavo por centavo, notas e escala para comprovar se eles  
75 estão certos. Ela afirma que há o custo fixo de R\$2, 100 milhões e o os outros 25% é pago  
76 pelo custeio particular, e também, que o SUS determina que haja especialidades para  
77 atender os pacientes, além disso, sabe-se que o médico custa caro e é necessário que ele  
78 esteja de sobreaviso para atender a qualquer momento, resultando em um alto custo.  
79 Marildete também fala ter enviado ofícios em janeiro, fevereiro e março e que eles estão  
80 negociando com a Secretaria de Saúde, e tentando achar uma forma para não haver  
81 apontamentos à Secretaria de Saúde pelo Tribunal de Contas e que o hospital não tenha  
82 problemas na Prestação de Contas devido filantropia. Ela fala que talvez devesse ter sido  
83 iniciado a negociação de forma antecipada, e passa a discorrer sobre a taxa de consulta  
84 atendimento e emergência, sendo que o contrato custeia o procedimento e o serviço,  
85 porém, o problema maior é o custo fixo dos profissionais que devem estar de prontidão  
86 para atenderem as pessoas de forma imediata, sendo necessário haver uma forma de se  
87 chegar a esse valor para não precisar ficar solicitando a Prefeitura subvenção e outras  
88 ajudas nesse custeio. A Fundação fez uma proposta e a Secretaria de Saúde também  
89 entendeu a dificuldade em como prestar contras devido a cobrança do TCE. Ela ainda  
90 afirma que o problema que a Fundação encontra está no custeio em receber o paciente e  
91 realizar vários procedimentos, e ao mesmo tempo definir ao médico a forma de  
92 procedimento, pois eles não aceitam. Essa semana o jurídico do Hospital conversou com

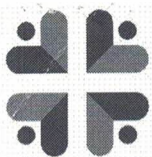


93 o jurídico da Prefeitura, juntamente com o Controle Interno e está chegando em uma  
94 metodologia que ficará certo tanto para o Município, quanto para a Fundação, de forma  
95 que haja um valor fixo e a partir de então, e não necessite solicitar recursos para a própria  
96 Prefeitura. Marildete também afirmou que a Fundação não deixará a população  
97 descoberta. Existe uma negociação em trâmite com a Prefeitura e não irá deixar de  
98 atender, talvez irão recusar as eletivas até que se resolva ou que se faça uma subvenção  
99 para sanar esses valores. Eles não fecharão as portas porque se trata de uma vida,  
100 independente de quem paga a conta. Ela ainda fala que existem muitas situações, como  
101 pessoas que não são de Lucas do Rio Verde e acabam indo lá para serem atendidas. O  
102 Gerente Adjunto do Controle Interno, Guilherme afirma ter havido muitas reuniões sobre  
103 esse assunto com a Gestão e jurídico do Hospital, Secretaria de Saúde sobre o novo  
104 contrato e que sempre foi deixado muito claro que o município tem uma possibilidade  
105 limitada de caixa, e este novo contrato elaborado pela secretaria de saúde, do qual ele  
106 mesmo participou ativamente, a própria gestão do hospital reconhece ser bem melhor que  
107 o que está em vigor, sendo este justo, se a Fundação faturar de acordo com a metodologia  
108 SIGTAP. Guilherme afirma ter deixado claro para o Prefeito que dentre os R\$2milhões  
109 que o hospital chama de custo fixo, mais de 200 mil são dívidas passadas, juros de  
110 empréstimos que o hospital paga mensalmente. Ele fala que para o Município, isso não  
111 pode acontecer, pois há uma lei antiga que não se pode sanar dívida de instituição  
112 privada, sendo esta uma limitação, mesmo se a Prefeitura tivesse caixa. Ele ainda afirma  
113 que de dezembro de 2017 até agora, já repassou como subvenções especiais R\$2.740  
114 milhões para a Fundação, sendo também repassado todo o dinheiro fundo a fundo  
115 referente aos repasses do Governo Federal e Estadual, o que é feito de forma integral. Ele  
116 afirma que o Município quer pagar os serviços realizados referente ao período de 19 de  
117 junho ao dia 04 de julho, se entregar até essa última data, a Prestação de Contas, pois não  
118 poderá ser pago se ela for apresentada dia 05 de julho. Karime fala, que também há o  
119 prazo para a análise pela Comissão do Conselho Municipal de Saúde, e ainda, que o  
120 Termo aditivo seria até dia 10 de agosto de 2018, cobrindo as despesas nesse período.  
121 Mas que a sua preocupação é o atendimento noturno de urgência e emergência. O  
122 presidente do Conselho, Pr João, perguntou ao Rafael se a Secretaria de Saúde já enviou  
123 uma contraproposta. E Rafael responde que sim, por duas vezes, atendendo todas as  
124 reivindicações que seria possível a Prefeitura realizar, mas a finalização está nas mãos do  
125 Hospital. O Presidente também pergunta acerca do que deveria ter sido visto antes, pois  
126 quando se trata de finanças da saúde, o Conselho está envolvido e acaba sendo cobrado.  
127 Ele questiona sobre a necessidade de ter sido visto antes e quem deveria fazê-lo.  
128 Marildete afirma que ambas as partes e desde janeiro que a Fundação deveria negociar.  
129 Karime fala que o Conselho também foi omissivo porque consta em Ata que no final de  
130 abril seria aditivado, e que todo o conselho deixou passar, mas deveria ter cobrado ambas  
131 as partes, pois o Conselho é deliberativo. Karime afirma que, ao saber que o contrato  
132 ainda não havia sido aditivado, ela se preocupou e solicitou a reunião extraordinária.  
133 Vívian falou que em todo o período, desde o último aditivo, a Secretaria de Saúde não  
134 ficou parada, mas trabalhou com estudos e várias reuniões para deliberar acerca do  
135 contrato. Fabiana diz que eles também foram visitar Nova Mutum e conhecer outras  
136 propostas. Karime fala a respeito de a Fundação não poder controlar o que é solicitado  
137 pelos médicos e ela afirma que havia trabalhado num Hospital em que havia protocolos  
138 para profissionais de urgência e emergência atuarem dentro do que regia o contrato, sendo



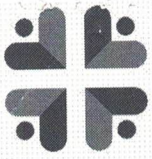
139 os funcionários devidamente treinados. Guilherme passa a discorrer sobre os valores da  
 140 consulta, sendo que o valor pago pelo contrato 239 é de R\$221,00 e a proposição do  
 141 hospital é de R\$570,00, retirando exames de imagem. Ele cita que a inflação foi de 2,68%  
 142 e se calcularia a taxa para R\$ 227,00, mas o proposta feita pela Prefeitura foi R\$ 228,00  
 143 acima da taxa da inflação. O Pr João fala da importância de os conselheiro aproveitarem  
 144 essa reunião para sanar as suas dúvidas e pergunta o que deve ser feito? Rafael sugere  
 145 que o Conselho solicite ao Hospital um aditivo de prazo para prestação de contas e  
 146 pagamento para conseguir ser pago o período até dia 04 de julho. Karime fala que é  
 147 importante ser aditivado para dar tempo para realização do contrato e também que a  
 148 população não fique desassistida, sendo essa a razão da reunião para oficialar, tanto para a  
 149 Prefeitura, quanto para a Fundação, a preocupação referente a matéria. A Diretora do  
 150 Hospital, Gabriela, após tomar assento a reunião, passa a discorrer que o aditivo está em  
 151 vigor há dois meses, mas que e para a Fundação, o contrato não funciona da maneira  
 152 proposta pela Prefeitura, porque há o custo fixo, que já foi falado, porém se começou a  
 153 estudar sua viabilidade, por meio de uma conversa entre os dois jurídicos. Ela disse tentar  
 154 solicitar a Câmara um acordo em que ela também auxilie separando-se um orçamento  
 155 para o auxílio no processo. Guilherme afirma não haver tempo para a realização da  
 156 licitação até o dia 04 de julho, sendo necessário aditivar o 239 para atendimento a  
 157 população. Karime pede para colocar em votação os ofícios referentes a resolutividade do  
 158 assunto. Gabriela fala que a Secretaria de Saúde não dispõe de R\$1,200 milhão por mês  
 159 para cobrir o contrato e a necessidade de a Câmara auxiliar no custeio. Passa-se então a  
 160 votação dos quatro ofícios, sendo o primeiro para a Secretaria de Saúde acerca de  
 161 informações sobre o andamento do novo contrato, um ofício para o Hospital, solicitando o  
 162 aceite do aditivo de prazo, uma ofício de solicitação a Câmara no auxílio financeiro ao  
 163 novo contrato e outro ofício ao Hospital, acerca da proposta contratual, sendo estes  
 164 aprovados por todos. O presidente João fala acerca da omissão da Comissão Permanente  
 165 de Acompanhamento de Contratos, em não tomar providências acerca da matéria  
 166 antecipadamente. Karime pede para a próxima pauta a substituição de membros faltantes  
 167 as reuniões da Comissão, devido a necessidade para a realização das análises. A plenária  
 168 encerrou-se às 09h25m, eu Alzenir Rodrigues Heler Delgado, lavrei a presente ata  
 169 contendo 04 (quatro) páginas digitadas sem rasura, com 170 (cento e setenta) linhas, que  
 170 será assinada por mim, pelo presidente e por todos os presentes.

171 *Sabrina Mauroni Gisela Mendes, Francisco S. Meirelles*  
 172 *Cláudio A. de Paiva Mendes & C. O. de Paiva Mendes de A. R. de Paiva*  
 173 *Paulo Roberto de Paiva Mendes, João Carlos de Paiva Mendes*  
 174 *Paulo Roberto de Paiva Mendes, Karime Saeto J. Javonki*  
 175 *João Carlos de Paiva Mendes*



**LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO ORDINÁRIA  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DATA: 05/06/2018 - LOCAL: ESCOLA DE SAÚDE  
28 HORÁRIO: 07:30HS**





- Fabiana Marroni De Souza *Fabiana Marroni*
- Vívian Eliseli Salomão *Vivian Eliseli Salomão*
- Gabriela Rmancini *Gabriela Romancini*
- Nathyeli Cella
- Leidi Cristina Geller
- \* • Thiago Júnior Sales do Amaral *Thiago Amaral*
- \* • Gabriela Negel Refatti Tirloni *Gabriela Refatti*
- Marildete Maciel Mello *Marildete Maciel Mello*
- Alexandre Corrêa Fernandes
- Mario Kaway Filho
- Paulo Henrik Montecelli Cavalcante
- Katiuscia Zago Damian *Katiuscia Zago Damian*
- Karime Souto Gonçalves Javorski *Karime Souto Gonçalves Javorski*
- Lucy Maria De Araujo Kerhhof *Lucy Maria De Araujo Kerhhof*
- Fernanda da Silva França
- Francisco da Silva Micena *Francisco S. Micena*
- Raimundo Cela *Raimundo Cela*
- Terezinha de Cássia Viana Ximenes
- Mauri Zacarias Alves *Mauri Alves*
- Natalina Furlan



# CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL

Rua Catuípe, 1309 E, Cidade Nova  
Cep 78455-000 Lucas do Rio Verde-MT  
Tel: (65)3548-2304 [conselhosaude@saude2.mt.gov.br](mailto:conselhosaude@saude2.mt.gov.br)

- Regina Mara Rodrigues
- Gisele Aparecida Grigoletto Mendes 
- João Carlos Cristo 
- Silviany Miranda Carvalho
- Evandro Carlos Schropfer
- Dayana Costenaro Chagas
- Danusa Serena Oneda
- João Salvador De Freitas 
- Luiz Damião Lazzeri
- Fátima Ferreira
- Eliane da Silva Lucas Coffi Lírio
- Rafael Bespalez 

Guilherme de O. Ribeiro  
(representando o grupo de  
Gestores Internos)

